

continuação ► A Auto Avaliar optou pela divulgação de informações sobre o EBITDA - (L)AJIDA - lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização) para os investidores, analistas financeiros e o público em geral, ao analisarem o desempenho operacional, especialmente para permitir a comparabilidade de seu desempenho com o de outras companhias que atuam no mesmo setor. O EBITDA não deve ser analisado isoladamente, tampouco substituir outras medidas de desempenho, tais como o lucro líquido e o fluxo de caixa e outros indicadores de performance. O EBITDA da Auto Avaliar em 31/12/2018 apresenta-se da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	35.180	20.496	35.456	20.496
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(21.513)	(12.983)	(21.539)	(12.983)
Despesas vendas, gerais e administrativas	(7.878)	(4.006)	(12.283)	(4.006)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	4.148	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	727	543	728	543
EBITDA	6.516	4.048	6.510	4.048

As Demonstrações completas e relatório de revisão limitada sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Jade Serviços Contábeis Ltda, encontram-se a disposição da sede da Auto Avaliar.

O EBITDA da Auto Avaliar em 31/12/2018 pode ser conciliado com o resultado operacional da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do IR e da CSSL	1.954	3.559	1.954	3.559
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(313)	(54)	(320)	(54)
Depreciação e amortização	727	543	728	543
Resultado equivalência patrimonial	4.148	-	4.148	-
EBITDA	6.516	4.048	6.510	4.048

Diretoria

Daniel Marques Nino - Administrador
 Hideki Oshiro - Diretor Financeiro
 Confirp Consultoria Contábil Ltda - CRC. ZSP 014230/O-3
 Wagner Lopes de Lima - CRC. ISP 234255/O-8

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais faz parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer do Auditor Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. São Paulo, 28/02/2019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2018	2017	
Ativo			Passivo
Ativo Circulante	144.086.101,71	319.833.807,79	143.863.083,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.422.621,31	1.486.107,69	2.422.621,31
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	5.155,48	3,00	Fornecedores (Nota 3.8)
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	2.417.465,83	1.486.104,69	Serviços de Terceiros
Contas a Receber	138.711.728,56	315.978.204,11	Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)
Valor a Receber - Prefeitura Municipal	-	-	Salários a pagar (Nota 3.10)
São José Campos (Nota 3.3.2)	96.661.507,80	272.444.994,26	Lei 10.620/03 (Nota 3.11)
Valores em Negociação - Contrato/Convenção (Nota 3.3.3)	18.825.735,93	18.825.735,93	Provisão de férias (Nota 3.12)
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.4)	23.224.484,83	24.707.473,92	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)
Outros Créditos	917.137,56	983.131,13	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.4)
Antecipações salariais (Nota 3.4.1)	21.231,29	16.188,92	Impostos a recolher (Nota 3.13)
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	560.211,85	536.864,47	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	284,19	7.656,04	Empréstimo a funcionário
Depósito judicial (Nota 3.4.4)	210.444,81	311.859,81	Lei 10.620/03 (Nota 3.15)
Adiantamentos (Nota 3.4.5)	124.965,42	110.581,89	Acordo Trabalhista a Pagar (Nota 3.16)
Despesas Pagas Antecipadamente	9.544,61	9.677,19	Convênios Públicos
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.5)	9.544,61	9.677,19	a Realizar (Nota 3.17)
Estoques	2.025.069,67	1.376.687,67	Outras Contas a Pagar (Nota 3.18)
Estoque Materiais	-	-	Materiais de Terceiros
Medicamentos Nutrição (Nota 3.6)	2.025.069,67	1.376.687,67	em nosso poder (Nota 4.3)
Ativo não Circulante	5.611.697,22	5.653.373,03	Passivo não Circulante
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	5.611.697,22	5.653.373,03	5.834.715,85
-Bens Móveis	19.541.563,12	18.494.512,75	Processos Cíveis (Nota 4.2)
Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital Carvalho Florencio (Nota 3.7.1)	(13.929.865,90)	(12.841.139,72)	Processos de Despesa
Total do Ativo	149.697.798,93	325.487.180,82	Provisão de Despesa
			Processos Trabalhistas (Nota 4.2)
			Obrigações - Bens
			Móveis de terceiros (Nota 3.7)
			Ajustes vida útil econômica - Bens
			Móveis de terceiros
			Resultados do Exercício
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido
			149.697.798,93
			325.487.180,82

Comparativo das Demonstrações de Fluxo de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2018	2017	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultados do exercício/periódico	-	-	
Variáveis nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução de Contas a Receber	177.266.475,55	(173.419.833,80)	
(Aumento) Redução Outros Créditos	65.993,57	-	
(Aumento) Redução Despesa Antecipada	132,58	-	
(Aumento) Redução em estoques	(648.799,22)	378.085,95	
(Aumento) Redução em fornecedores	2.212.876,76	1.011.848,74	
(Aumento) Redução em depósitos e subvenções/Contrato Gestão	(175.449.202,15)	173.085.071,67	
(Aumento) Redução em contas a pagar e provisões	(2.510.963,47)	173.085.071,67	
(Aumento) Redução de Bens de Terceiros	(41.675,81)	(650.106,08)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	894.837,81	405.066,48	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Adição de Bens de Terceiros	41.675,81	650.106,08	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	41.675,81	650.106,08	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	-	-	
(Aumento) Redução Caixa e Equivalentes de Caixa	936.513,62	1.055.172,56	
No início do período	1.486.107,69	430.935,13	
No final do período	2.422.621,31	1.486.107,69	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 2017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nº 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Unidade Gerenciada - Filial São José dos Campos-SP:** O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio é referência em assistência hospitalar de média alta complexidade, com ênfase em urgência e emergência na cidade de São José dos Campos-SP. Região Vale do Paraíba e Litoral Norte. Sendo patrimônio hospital público, cumpre a todos zelar preservar e defender os Pacientes, seu atendimento e gratuito e 100% SUS. Em 25/07/2006 foi firmado parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP e a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio, através do contrato de gestão nº 15.526/2006, com a vigência de cinco anos. Após concluir que a SPDM alcançou todos os objetivos e metas estabelecidas no contrato anterior, em 25/07/2011 firmou nova parceria através do contrato gestão nº 24.900/2011, com a vigência de cinco anos. Em 25/07/2016 firmou em caráter excepcional o aditamento para prorrogação do contrato gestão 24.900/2011 em vigência de Um ano. Em 25/07/2017 através processo digital nº 45004/2017 foi firmado novo contrato de gestão nº 265/2017 com vigência de dois anos, dando continuidade a serviços realizados e atendendo todas as expectativas proposta pela Prefeitura de São José dos Campos/SP. **Inovações:** 2006 - Entrega do Prédio de Ambulatórios, Anexo Administrativo e Anfiteatro. 2008 - Entrega do Prédio de Pronto Atendimento. 2013 - Entrega UTI Adulto e Expansão do Gabinete Primária. 2013 - Entrega da Sala "Vermeira" - 06 leitos. 2014 - Entrega da nova UTI Neonatal. 2015 - Ampliação do número de leitos com a inclusão de mais uma enfermaria de 41 leitos. 2016 - Inauguração do Ambulatório da Mulher. 2017 - Conclusão da entrega do setor de imagem reformado, com duas salas de raio-x e duas salas de tomografia; 2018 - Realização de atividades relativas ao tratamento de pacientes com glaucoma, incluindo consultas e a dispensação de colírios. **Estrutura de Atendimento:** O Hospital possui leitos em Clínica, cirurgia, emergência e expansão do Gabinete de terapia intensiva (Adulto, pediátrica e neonatal), centro cirúrgico e um centro obstétrico com foco no atendimento as gestantes de alto risco. Conta também com Pronto Socorro adulto, infantil e Ambulatório para consultas e exames. **Segurança e Qualidade:** A política de gestão da qualidade tem por objetivo avaliar, medir e readaptar sistematicamente os processos, de forma a garantir a melhoria contínua e Segurança a Assistência prestada. Em Junho/2016 o Hospital conquistou o certificado de acreditação, homologado pela ONA - Organização Nacional de Acreditação. A acreditação é um sistema de avaliação da qualidade dos serviços de saúde. **1. - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alte-

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2018	2017	
Receitas			
Receitas Operacionais com Restrições	168.517.840,56	169.946.741,69	
Receitas Bruta com Prestações de Serviços com Restrições	477.388,68	134.324,01	
Prefeitura São José Campos - (Nota 5.1)	-	-	
Outras Receitas	-	-	
Financieras	-	59.496,32	
Desconto Recebidos	-	15.584,74	
Doações Recebidas (Nota 5.3)	-	57.325,02	
Isenção usufruída (Nota 5.5)	29.461.888,89	-	
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 5.5)	-	22.527.373,26	
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 5.5)	-	2.336.111,39	
Isenção usufruída - COFINS (Nota 5.5)	-	5.098.402,22	
Trabalhos Voluntários (Nota 5.5.1)	137.479,11	127.604,67	
(-) Receita com Restrições	198.594.597,24	200.302.963,32	
(+) Outras Receitas com Restrições	1.759.189,81	-	
Outras Receitas	1.523.327,01	-	
Descontos Recebidos	5.150,99	-	
Doações Recebidas	230.711,81	-	
(-) Receita Líquida com Restrições	200.353.787,05	200.302.963,32	
(-) Custos Serviços Prestados com Restrição	169.438.877,48	168.715.748,50	
Serviços - Pessoal Próprio	79.242.427,30	86.115.574,27	
Serviços - Terceiros P Física	12.763.550,53	11.680.557,04	
Serviços - Terceiros P Jurídica	28.747.755,19	27.222.259,64	
Manutenção e Conservação	2.936.003,48	828.808,86	
Mercadorias	23.199.097,25	20.765.593,46	
Custos de Bens Permanentes	717.369,28	-	
Trabalhos Voluntários (Nota 5.5.1)	135.229,22	118.898,22	
Isenção usufruída	21.697.436,23	-	
Tributos	-	621,76	
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 5.5)	-	19.844.333,86	
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 5.5)	-	2.336.111,39	
(-) Superávit ou Déficit Bruto com Restrições	30.914.909,57	31.587.214,82	
(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 5.4)	30.914.909,57	31.587.214,82	
Serviços - Pessoal Próprio	15.579.897,72	15.514.706,70	
Serviços - Terceiros P Jurídica	15.297.543,01	5.457.608,14	
Manutenção e Conservação	745.430,87	780.586,12	
Mercadorias	364.912,57	688.859,87	
Financieras	49.016,58	134.698,40	
Despesas Bens Permanentes	329.681,09	-	
Tributos	27.952,16	31.432,50	
Isenção Usufruída	7.764.452,66	-	
(-) Outras Despesas	1.175.771,02	1.189.175,02	
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 5.5)	-	2.683.039,40	
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 5.5)	-	5.098.402,22	
(-) Trabalhos Voluntários (Nota 5.5.1)	2.249,89	8.706,45	
(-) Superávit do Exercício com Restrições (Nota 6)	-	-	

são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instabilidade	Aplicação	Tipos	Rentabilidade	Saldo em 31/12/2018
Banco Bradesco S/A	CDB	FAXA/CP3 5,000	2.417.265,09	
Banco Bradesco S/A	FIC	0,33	200,74	
Saldo Aplicado			2.417.465,83	

3.2.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 112.205.211,33. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R2) (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (R1) (que aprova a ITG 2002) a Entidade passa a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende a Resolução CFC Nº 1.305/10 (R2) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais no valor de R\$ 169.217.308,34. **3.3.2 - Valores a Receber - Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 265/2017, proveniente da Prefeitura de São José dos Campos, esses valores serão recebidos conforme contrato até 31 de Dezembro/2018 estava em R\$ 96.661.507,80. **3.3.3 - Valores em negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (R1) (ITG 2002) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convenção, a título de regularizar o econômico da instituição. A instituição não se li- **continua...**

...continuação **Relatório de Execução do Contrato de Gestão:** A unidade SPDM - Hospital Municipal José Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2018:

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)						
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	9.600	11.443	9.600	11.092	19.200	22.535
Atendimento de Urgência Total(PS)	116.700	131.911	116.700	126.820	233.400	258.731
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (d/a)						
Consulta Médica em Atenção Especializada	48.540	46.678	48.540	54.095	97.080	99.773
Atendimentos Não Médicos	-	842	-	759	-	1.601
Consultas Não Médicas	-	-	-	-	-	-
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	-	6.481	-	9.636	-	16.117
SADT (Ext+Int) - Total (d/a)						
Exames Complementares	167.214	430.627	167.214	442.468	334.428	873.095
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	-	10.221	-	10.581	-	20.802

8-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NRC.TG.12). Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, durante o curso de operações de longo prazo. O valor presente representa o direito ou obrigação descontadas das taxas, possivelmente de Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas

(elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento. • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedores, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **9-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **10 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, São Paulo, 31/12/2018.

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2018, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apre-

sentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resul-

ta de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade de das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP 29/03/2019. **Audista Auditores Associados - CRC/SP 252.04298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinheiro - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.

Althia S/A Indústria Farmacêutica

CNPJ: 48.344.725/0007-19

Balancos patrimoniais - Ativo	Demonstrações		Financieiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)		Capital subscrito	Resultados acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados Abrangentes	Total
	2018	2017	2018	2017					
Caixas e equivalentes	224	59			6.783	(11.574)	7.731	-	4.940
Clientes	22.257	18.903	Saldo em 1º de janeiro de 2017		-	(4.199)	-	-	(4.199)
Conta vinculada	369	179	Resultado líquido do período		-	796	(796)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	945	1.153	Realização ajuste de avaliação patrimonial depreciação/baixa		-	-	411	-	411
Adiantamentos a funcionários	503	466	Reversão IRPJ e CSLL diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial		6.783	(14.566)	6.935	-	1.152
Impostos a recuperar	212	895	Saldo em 31 de dezembro de 2017		-	5.688	-	-	5.688
Ativo fiscal diferido	854	-	Resultado líquido do período		-	753	(753)	-	-
Estoques	13.729	6.723	Realização ajuste de avaliação patrimonial depreciação/baixa		-	959	-	-	959
Despesas antecipadas	183	139	Constituição de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos acumulados		6.783	(7.166)	6.182	(685)	(685)
Outros créditos	-	1	Resultados Abrangentes		-	-	-	(685)	(685)
Valores mobiliários	3	-	Saldo em 31 de dezembro de 2018		-	-	6.182	(685)	7.114
Ativo circulante	39.279	28.518	Demonstrações do resultado	2018	2017	Demonstrações dos fluxos de caixa			
Impostos a receber	186	19	Receita líquida	868	559	2018			
Ativo fiscal diferido	4.583	3.728	Custo dos produtos vendidos	(38.206)	(30.341)	Receita líquida			
Contas a receber partes relacionadas	8.440	8.174	Lucro bruto	48.735	25.639	Resultado líquido do período			
Despesas antecipadas	25	-	Despesas comerciais	(405)	(187)	5.688			
Outros créditos	16	-	Despesas gerais e administrativas	(36.241)	(22.157)	Depreciação e amortização			
Ativo não circulante	13.250	11.921	Despesas tributárias	(881)	(2.143)	15			
Imobilizado	27.266	23.149	Outras receitas	1.347	694	9			
Intangível	26.710	24.563	Outras despesas	(12)	(40)	3.924			
Ativo não circulante	57.228	59.833	Lucro operacional	12.515	1.927	3.924			
Ativo	106.505	88.151	Receitas financeiras	539	61	1			
Balancos patrimoniais - Passivo e patrimônio líquido	2018	2017	Despesas financeiras	(8.585)	(6.087)	627			
Emprestimos e financiamentos	33.401	22.143	Resultado financeiro líquido	(8.046)	(6.026)	44			
Fornecedores	10.731	6.985	Resultado antes do IRPJ e CSLL	4.469	(4.199)	(826)			
Salários e ordenados a pagar	20	16	Provisão do IRPJ e CSLL	(14)	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Impostos, taxas e contribuições	1.673	4.957	Provisão do IRPJ e CSLL diferido	1.233	-	antes do capital de giro e despesas			
Processos a pagar	2.962	1.705	Resultado líquido do período	5.688	(4.199)	7.957			
Provisão para contingência	634	627	Demonstrações do resultado abrangente	2018	2017	(10.524)			
Outros débitos	443	1.408	Resultado líquido do período	5.688	(4.199)	(6.929)			
Passivo circulante	49.330	37.841	Receita líquida	5.688	(4.199)	(7.506)			
Emprestimos e financiamentos	22.011	15.108	Outros resultados abrangentes	(685)	-	112			
Impostos, taxas e contribuições	718	1.391	Outros resultados abrangentes, líquido de IR e CSLL	(685)	(4.199)	169			
Contas a pagar partes relacionadas	24.021	28.924	Resultado abrangente total	5.003	(4.199)	1.706			
Outros débitos	3.185	3.512	Acionistas controladores	5.003	(4.199)	208			
Outros débitos	126	163	Acionistas não controladores	5.003	(4.199)	(37)			
Passivo não circulante	50.061	49.158	Resultado abrangente atribuível aos:	5.003	(4.199)	(9)			
Capital social	8.783	8.783	Resultado abrangente total	5.003	(4.199)	516			
Ajuste de avaliação patrimonial	6.182	6.935	gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade de das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se			3.746			
Resultados abrangentes	(685)	-	Resultado líquido do período	5.688	(4.199)	1.370			
Patrimônio líquido	7.714	1.152	Resultado líquido do período	5.688	(4.199)	4			
Passivo e patrimônio líquido	106.505	88.151	Resultado líquido do período	5.688	(4.199)	(3)			

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Imos, Srs., Diretores e Acionistas de Althia S/A Indústria Farmacêutica - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Althia S/A Indústria Farmacêutica ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade de das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se

concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas - SP, 15 de março de 2019.

Jairo Aparecido Yamamoto - Diretor Presidente
Michele Carusi - Contadora CRC SP 295212/O-7

Simionato Auditores Independentes
CRC 25P 017483/O-1 - CVM Nº 9237

Sebastião Borotta - Contador
CRC 15P 21702/O-5